



DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS NA GRÉCIA E EM ROMA

Michael dos Santos Sanches

E-mail: michaelsanches@usp.br
Mestrando em Letras Clássicas (USP)
Orientador: Dr. Paulo Martins (USP)

RESUMO: Este presente artigo propõe-se a analisar as relações homoafetivas e homoeróticas na Antiguidade grega e romana como duas instituições sociais distintas. Publicamente, cada uma das sociedades Antigas possuía suas especificidades. Na Grécia do período clássico, por exemplo, a pederastia fazia parte de um “programa pedagógico”, de um rito de passagem pelo qual os jovens livres participavam para se tornarem adultos e cidadãos plenamente capazes de integrar a vida coletiva da pólis. Já em Roma isso nunca ocorreu, pois juridicamente qualquer ato sexual entre dois homens livres se constituiria como uma violação à integridade física do cidadão romano. Apesar disso, a pederastia foi emulada na literatura latina como uma espécie de fenômeno literário que não correspondia exatamente às práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: homoafetividade; sexualidade; pederastia; homoerotismo, greco-romano

ABSTRACT: The present paper proposes to analyze the homoaffective relationships in the Greek and Roman Antiquity as two different social institutions. Openly, each one of these ancient societies had its own specificities. In classical Greece, for example, pederasty was a piece of a “pedagogical project”, of a rite of passage through which free young men engaged in to become adults and citizens fully able to join the polis’ collective life. In Rome otherwise, this has never happened, since that

legally each sexual act between two free men would constitute a violation against the physical integrity of the Roman citizens. Despite that, pederasty was emulated in Latin literature as a type of literary phenomenon that did not quite match the social practices.

KEYWORDS: homoaffectivity, sexuality, pederasty, homoerotism, Graeco-Roman

As relações homoafetivas na Antiguidade eram constituídas por meio de um eixo de categorização sexual que não é correspondente ao eixo das sociedades contemporâneas. O que nós entendemos como a relação de um indivíduo com o mesmo sexo ou sua relação com o sexo oposto é “um desenvolvimento relativamente recente mesmo na cultura ocidental” (PARKER, 1997, p. 47. Tradução nossa). Ao longo deste artigo abordaremos os fatores distintivos não só entre as relações eróticas da Antiguidade Mediterrânica e do presente, mas também as diferenças mais marcantes entre a própria Roma Antiga e a Grécia Antiga, mais especificamente o caso da pólis Atenas, pois é aquela da qual temos mais acesso à documentação escrita.

É importante pontuarmos que nos textos Antigos, não aparece nenhum indício de que houvesse alguém que algum dia se identificou como homossexual nos moldes do que hoje seria identificado um homossexual, “tanto [essa] terminologia como sua conceituação decorrem de estudos do século XIX mais voltados para uma normatização sexual” (FLORES, 2017, p. 13). Como aponta Michel Foucault, o que realmente foi um fator decisivo para que a homossexualidade tenha se tornado o que conhecemos atualmente foi a sua associação ao conceito de *individualidade* (FOUCAULT, 1984, p. 137 apud FLORES, 2017, p. 13).

Esse aspecto mais essencial faz suscitar a seguinte questão: se as relações homoafetivas na Antiguidade não eram pautadas pela individualidade, e como consequência, na autoidentificação que essa

individualidade permite, então qual era o eixo que definia essas relações? Para que a resposta a essa pergunta seja obtida, precisaremos analisar Grécia e Roma, duas grandes civilizações do Mediterrâneo Antigo, como dois objetos individuais de estudo, pois tanto em uma quanto na outra as relações homoafetivas não eram performadas da mesma maneira.

Com relação à Grécia, o trabalho de Kenneth James Dover foi um divisor de águas no tratamento acadêmico que aborda o estudo de relações homoafetivas na Grécia Antiga. Seu trabalho é composto de análises de documentos textuais (literários, históricos e jurídicos) e da cultura material (cerâmicas de figuras negras e vermelhas) (DOVER, 1979, p. 205-225). Nessa obra, Dover lança luz sobre dois importantes aspectos da sexualidade grega:

Os gregos estavam cientes de que indivíduos se diferenciavam em suas preferências sexuais, mas sua linguagem não tem nenhum substantivo correspondente aos substantivos “homossexual” e “heterossexual”, já que eles assumiam que (a) virtualmente todo mundo [leia-se todos os homens] respondiam a ambos estímulos homossexuais e heterossexuais em diferentes momentos, e (b) virtualmente nenhum homem penetra outros homens e se submete à penetração por outros homens no mesmo estágio de sua vida. (DOVER, 1979, p. 1, nota 1, tradução nossa)

Desses dois fatores já é possível depreender que as relações homoeróticas gregas têm uma propriedade intrinsecamente etária. Um menino (literalmente *pais*) seria o parceiro passivo nessas relações — o termo grego usado é *erōmenos*¹ — e, com base em análises arqueológicas e iconográficas de figuras em cerâmicas, é possível observar que o menino já teria chegado à sua altura máxima (DOVER, 1979, p. 16). No que diz respeito ao seu parceiro mais velho — cujo termo grego é *erastēs* — cabia-lhe o papel ativo. Nota-se, no entanto, que esse termo poderia ser usado tanto para relações homo quanto heteroafetivas (DOVER, 1979, p. 16).

¹ Como indica Dover o termo grego *paidika* também poderia se referir ao *erōmenos* (DOVER, 1979, p. 16).

Embora em contexto helênico a prática de relações homoeróticas seja mais bem atestada em Atenas, muito em razão do volume de documentação escrita que nos chegou dessa pólis, isso não quer dizer que não ocorresse em outras *po/eis* pela Hélade. O historiador Éforo de Cime relata as práticas pederásticas dos cretenses como um rito de passagem da juventude para a idade adulta. A ritualística desse rito de passagem pederástico era toda permeada por alusões ao rapto do jovem rapaz troiano Ganimedes por Zeus para se tornar seu amante e copeiro (BREMNER, 2014, p. 4-5).

O historiador holandês Jan Bremner (2014, p. 5) esclarece que a pederastia também ocorria em Esparta, embora não pelos motivos que se difundiu na cultura popular. Esparta não tinha a pederastia como uma prática homoerótica apenas porque era uma cidade bem militarizada, uma vez que, apesar dos soldados estarem afastados de suas mulheres, eles eram bem guarnecidos de meretrizes para lhes satisfazer sexualmente. O que não era um privilégio só de Esparta, mas de praticamente todas as *po/eis* gregas. (BREMNER, 2014, p. 1-5).

A cultura material nos mostra centenas de vasos com pinturas de cortejos dos *erastai* aos *eromenoi*, com ou sem ofertas de presentes e, em algumas das imagens, é possível até mesmo ver a recusa a eles. Essa rejeição a presentes era uma atitude valorizada na sociedade grega ateniense, pois não abria brechas para que acusassem o *erōmenos* de se prostituir, seja por meio da prostituição com um parceiro estável (*hetairein*) ou com múltiplos parceiros (*perporneusthai*) (SANTOS, 2003, p. 57). Essa venda do próprio corpo era reprovável e passível de punições severas como a *atimia*, isto é, a cassação dos direitos políticos, cívicos e religiosos (*Ibidem*, p. 59).

Embora fosse honroso performar esse jogo de rejeição, a iconografia nos traz alguns exemplares de figuras explicitamente executando atos sexuais, o que mostra que o eventual aceite dos *erōmenos* poderia ser igualmente deleitoso e adequado. Os *erastai*, no

entanto, também não poderiam demonstrar um apetite sexual excessivo por meninos, uma vez que atitudes como essa eram passíveis de serem encaradas como selváticas e animais. Os atenienses chamavam de *agrioi* (selvagem) o homem que ultrapassava esse limite socialmente aceito do desejo por garotos (BREMNER, 2014, p. 9).

Não há nada na iconografia grega que indique que os parceiros passivos fossem, necessária e obrigatoriamente, escravos, o que vai mudar de configuração nas relações homoafetivas em Roma. Isso, contudo, não indica uma maior aproximação das relações homoafetivas gregas com o nosso conceito contemporâneo de homossexualidade, pois “se por um lado, os gregos do período clássico tiveram a experiência da pederastia como instituição social [...] por outro, nada na vida grega dava a entender que o *indivíduo* deveria fazer uma escolha entre a vida amorosa com meninos ou com meninas” (FLORES, 2017, p. 14, grifo nosso). Os motivos dessa atividade sexual tinham, como já mencionamos, ligações exteriores à *individualidade*, e variavam

com o período de vida, com a classe social, com a cidade [...] tal como outras instituições, como o casamento, o trabalho, a guerra etc., e não implicavam necessariamente uma identificação do indivíduo por sua orientação sexual, nem uma liberalidade total (FLORES, 2017, p. 14).

A partir dessa interpretação que Michel Foucault faz do papel da individualidade enquanto fator decisivo para a construção da sexualidade e, portanto, para o estabelecimento de uma história da sexualidade, algumas abordagens de análise surgiram. Esse é o caso do construcionismo que “baseia-se nessa concepção foucaultiana de que subjetividades sexuais são socialmente construídas” (SANTOS, 2003, p. 24). Essa teoria foi desenvolvida por David Halperin, um helenista e pesquisador de estudos *queer*, em seu livro *One Hundred Years of Homosexuality*, publicado no ano de 1990. Daniel Barbosa dos Santos (2003, p. 24), ao definir os preceitos dessa relativamente recente abordagem diz que termos correntes no mundo moderno como

“heterossexual”, “homossexual” ou “bissexual” são aplicados pelo construcionismo apenas para definir categorias sexuais a partir do século XIX, pois somente deste século em diante seria possível perceber o *ser sexual* identificado com o ser em sua totalidade psíquica idiossincrática.

Embora essa abordagem construcionista, derivada desse pensamento foucaultiano, seja teoricamente bem embasada e fundamentada por diversos *corpora* tanto textuais quanto da cultura material da Antiguidade, ainda assim ela não é imune a críticas. É um fato importante e relevante para os Estudos Sociais que a História tenha dado passos para se emancipar de um determinismo biológico que monopolizava os estudos da sexualidade, e principalmente da homossexualidade, até as primeiras décadas da segunda metade do século XX, sendo tanto Michel Foucault quanto os construcionistas agentes importantes para essa mudança. Contudo, o movimento a ser feito na contemporaneidade deve ser o inverso, isto é, o de manter um diálogo interáreas. Da mesma forma que as perspectivas teóricas da História avançaram, a área de estudos biológicos também avançou, e hoje ela é mais inclusiva, afastando-se daquela praticada no tempo em que Foucault escrevia.

Nos primeiros anos do segundo milênio, as ciências biológicas tentaram por meio da genética retomar de forma revitalizada os estudos sobre sexualidade. Embora tentativas já tivessem sido feitas com esse método pelo menos desde 1993 (VARELLA, 2015), assim que o genoma do ser humano foi integralmente sequenciado em 2003 (MARASCIULO, 2020), a busca de um suposto “gene gay” ganhou mais força. Porém todas as tentativas apresentaram resultados inconclusivos. O maior estudo publicado sobre essa teoria, com quase quinhentos mil participantes, feito por vários geneticistas e estatísticos (GANNA *et al.*, 2019, p. 869) conseguiu demonstrar apenas a influência de cinco genes relevantes para o comportamento sexual, e com pouquíssima influência, menos de 1% de indivíduos do vasto *corpus* analisado (ANSEDE, 2019).

A resposta mais uma vez não pôde ser dada exclusivamente pelas ciências da natureza. Como era de se esperar da ciência *lato sensu*, que é um espaço dialógico, mais avanços só começaram a ser feitos quando uma área da genética, a epigenética, admitiu mais comunicação com as ciências sociais. A epigenética é “um campo de pesquisa que investiga como os estímulos ambientais podem ativar determinados genes e silenciar outros” (SUMMIT SAÚDE, 2022). Citando William Rice, o estudioso que propôs em 2012 que a epigenética poderia trazer algumas respostas para explicar a orientação sexual, o médico Dráuzio Varella, em seu artigo *Homossexualidade, DNA e ignorância* (2015), diz que esses estímulos podem ser tanto no ambiente intrauterino quanto no ambiente extrauterino ao qual o neonato é exposto logo após seu parto e até a hora de sua morte. Essa área de intersecção entre ciências humanas e da natureza foi importante, pois permitiu “entender como a experiência é capaz de operar transformações profundas no organismo, mesmo que isso signifique destacar o DNA e não implique em mudar o genoma” (SUMMIT SAÚDE, 2022).

Essa comunicação entre as ciências biológicas e as ciências humanas para explicar fenômenos da sexualidade por muito tempo foi estigmatizada, e fez com que pesquisadores importantes para os estudos das relações homoeróticas na Grécia Antiga, como Daniel Barbosa dos Santos, dissesse que apenas o sexo, por ser um fato natural, poderia ser objeto das ciências naturais, enquanto a sexualidade não poderia.

Sexo é apenas um fato natural e, por conseguinte, objeto dos métodos da ciência natural, e não da ciência social. Portanto, sexo independe da história e da cultura, não podendo haver, dessa forma, uma ‘história do sexo’ (BARBOSA, 2003, p. 20).

À luz da epigenética, contudo, podemos conciliar sexualidade como uma orientação decalcada em fenômenos biológicos e em fatores socioculturais. As instituições e as convenções da sociedade podem, sim, influenciar biologicamente a orientação sexual:

O corpo trabalha o epigenoma de modo a ativar no ácido desoxirribonucleico (DNA) as respostas mais interessantes à adaptação no ambiente. As experiências afetam o genoma e levam a marcas que podem ser temporárias ou permanentes, segundo o Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade Harvard. [...]Elas (as marcas) atuam como “tatuagens” no DNA, desenhando o modo como as células trabalham e fazem trocas químicas. (Summit Saúde, 2022)

Embora a conjunção entre estudos da área da genética e dos processos históricos e culturais ainda possa ser vista com desconfiança entre pesquisadores dos Estudos Clássicos, ela está presente neste artigo por um motivo válido. Ao falarmos de relações homoeróticas na Antiguidade como construções sociais muito bem convencionadas, abre-se espaço para possíveis leituras deturpadas. Essas leituras podem ser usadas para deslegitimar que a sexualidade é uma orientação. Possíveis interpretações enviesadas poderiam gerar falas homofóbicas que usassem este estudo para alegar que a homossexualidade de alguém é apenas algo externo, uma escolha que poderia ser mudada se houvesse uma mera alteração de ambiente cultural ou social que o influencie. Tais premissas estão enraizadas nas violentas e criminosas “terapias de conversão” perpetradas por fanáticos religiosos.

O objetivo deste artigo é descrever as diferenças e semelhanças entre as relações homoeróticas na Antiguidade grega e romana, porém sem nos desviarmos da responsabilidade social de esclarecer que orientação sexual e expressão de uma relação homoerótica são duas coisas diferentes. O que nós estamos analisando é a história de como essas civilizações expressaram, performaram e representaram essas relações homoeróticas. E é só isso que a História pode analisar: as relações homoeróticas que estão presentes na documentação material ou escrita que nos chegou e, portanto, das narrativas expressas socialmente.

Admitindo que orientação sexual e representação de uma relação homoerótica são dois objetos diferentes, não descartamos que na Antiguidade houvesse preferências sexuais permanentemente orientadas

por fatores psíquicos e biológicos impassíveis de serem mudados. O imbróglio dessa questão é que por meio desses dois últimos ângulos, o psicológico e o biológico, jamais poderemos analisar com acuidade, uma vez que é impossível estudar a psiquê de um indivíduo morto — ainda mais há milênios — e o estudo genético pode apenas ser executado em raros corpos mumificados ou naqueles em extraordinário estado de conservação, e mesmo assim, de forma muitíssimo limitada.

Isso implica em não ser tão rígido quanto a uma história puramente rupturista que, por exemplo, afirme que a “individualidade” teve início exclusivamente no século XIX. O produto do que conhecemos como homossexualidade faz parte de um mosaico muito mais complexo que apenas culminou no século XIX, mas que teve seus processos se desenrolando por séculos a fio. O próprio pesquisador Jan Bremmer, que citamos anteriormente, diz que o enrijecimento do espaço do homem na instituição do casamento ao longo de suas várias formatações foi um dos fatores que, com o tempo, contribuiu para que o conceito de homossexualidade se desenvolvesse.

Não é por acaso que a homossexualidade moderna se desenvolveu ao mesmo tempo em que o relacionamento heterossexual dentro do casamento adquiriu um caráter muito mais íntimo. Parece que o surgimento da homossexualidade moderna é, pelo menos, uma reação a esse desenvolvimento, que levou ao desaparecimento de um mundo masculino separado. Na Grécia, os homens podiam virtualmente viver suas próprias vidas; eles não precisavam ver suas esposas com muita frequência. Consequentemente, a manutenção de um relacionamento heterossexual deve ter sido relativamente tolerável para todos (BREMMER, 2014, p. 10, tradução nossa).

Nesta afirmação de Bremmer é possível observar que o autor faz uma concessão importante: a da tolerância. Homens e mulheres que eventualmente tivessem uma orientação psíquica e biologicamente mais voltada para o mesmo sexo poderiam viver com relativamente menos desconforto uma vez que a instituição do casamento que dava mais independência ao homem os privava de um contato tão frequente.

Que a orientação sexual é uma intrincada articulação entre fenômenos bioquímicos, psíquicos e socioculturais, isso é cientificamente comprovado. Todavia, como já dissemos, a partir dos *corpora* que temos da Antiguidade, o objeto de estudo só pode ser outro, o das relações homoeróticas socialmente aceitas, as quais não necessariamente representam a orientação sexual do indivíduo. Roma também terá essa exterioridade (que é um denominador comum das relações homoafetivas das sociedades mediterrânicas antigas no geral, não sendo só uma especificidade grega) em detrimento de uma individualidade que só será alcançada milênios à frente. O que muda, da Grécia para Roma, não é propriamente a direção de onde essas relações homoafetivas viriam (do indivíduo ou do exterior), mas é o conceito de *masculinidade* em Roma que tem um significado diferente.

Fazer um papel de passivo numa relação sexual em Roma seria “renunciar às marcas de masculinidade [e] apresentar provas de *impudicitia*, é mostrar-se *impudicus* [...]” (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 109). Esse fator acarretará significantes consequências, pois apesar de ambas as sociedades, Grécia e Roma, terem por parâmetro de relação socialmente aceita a posição sexual, a preocupação de um *uir* (homem romano livre) não ser *impudicus* revela que “a *puđicitia* masculina representa precisamente o ideal de integridade corporal, na qualidade de corpo impenetrável” (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 109). A *puđicitia* (castidade, pudor e honra) seria exatamente o contrário do *stuprum* (desonra, atentado contra o pudor). (TORRINHA, 1942, p. 708, 825. Verbetes “*puđicitia*” e “*stuprum*”).

Isso nos mostra que, para um homem livre, não importando a idade, ser penetrado ou assumir a atitude passiva em uma relação sexual, em Roma, equivale a ser estuprado, e ter sua masculinidade completa e irremediavelmente fraturada. A masculinidade em Roma não é uma questão somente etária, mas um estatuto social e jurídico. Enquanto em algumas *poleis* gregas o modelo pederástico pedagógico é institucional,

portanto, permitindo a relação de um parceiro ativo com um parceiro passivo livre, em Roma “a recusa da pederastia grega não é uma repulsão sexual, mas, sim, um interdito político”. (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 113, 114).

Se o interdito político romano atinge os *uiri romani*, todos os outros indivíduos que não se enquadram nessa categoria não terão a questão da *pudicitia* colocada da mesma forma, talvez com exceção das sacerdotisas vestais, as responsáveis pela manutenção do fogo consagrado à deusa Vesta (BEARD, 1997, p. 166-177). Entraremos, dessa forma, em uma lógica de identidade binária, como aponta a autora Géraldine Puccini-Delbey, especialista em sexualidade romana e professora de língua e literatura latina da Universidade de Bordeaux Montaigne. Isso significa que de um lado estariam os machos penetradores por excelência (os *uiri romani*), e de outro, todo o resto: mulheres, escravos e não-romanos. (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 14).

A pergunta que pode ser levantada quando nos deparamos com esse rígido parâmetro, que evidentemente se diferencia do mais “maleável” (porém também muito bem convencionalizado) parâmetro grego, é se todo esse aparato jurídico e político de inviolabilidade do corpo do cidadão masculino, por trás da definição das relações homoafetivas em Roma, seria uma proteção do que a elite dominante julgava como degenerante no *mos Graecorum* (moral dos gregos em tradução livre). Ao que parece defender Puccini-Delbey, tudo indica que não necessariamente.

Isso é embasado, pois, nas comédias de Plauto, anteriores à conquista definitiva dos gregos em 146 AEC pelos romanos, já há, entre escravos e senhores, relações sexuais que inclusive não aparecem nas comédias pertencentes à “comédia nova grega”. (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 110-111). Isso nos indica que essa estrita normatividade sexual pode ser um elemento autóctone romano que se desenvolveu ao longo dos séculos, e que apenas é “a relação sexual que envolve *um jovem rapaz*

livre [...] e que se insere na tradição helênica da pederastia que é vista pelos romanos como sendo uma prática grega (a expressão *mos Graecorum* é quase um sinônimo)". (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 110-111, grifo nosso).

Nessa conjuntura, podemos, então, observar que segundo o discurso público, em Roma, é socialmente aceito um homem romano livre ter relações com outro indivíduo do sexo masculino, desde que esse seja, indispensavelmente, um escravo e, que o *uir* seja o ativo (penetrador). Penetrar um escravo não se enquadra no crime de *stuprum*. Não há inviolabilidade nesse caso, pois o estatuto jurídico do escravo é regido por outras instâncias, como, por exemplo, a *potestas* do *pater familias*.² (VASCONCELOS, 2012, p. 138-139). O que poderia ocorrer disso é um problema de violação de propriedade, escravo como *res* (coisa) (VASCONCELOS, 2012, *loc. cit.*), caso um senhor penetrasse o escravo de outro senhor sem sua permissão.

Se a Grécia possui termos no grego como *erōmenos* e *erastēs* para designar os parceiros das relações homoeróticas, Roma desenvolve, no latim, termos quase que puramente anatômicos e descritivos para apresentar os participantes da relação homoerótica (PARKER, p. 54, tradução nossa). Em sua grade teratogênica,³ Holt N. Parker⁴ nos mostra claramente que "todo ato sexual [além de se basear na distinção entre ativo e passivo] codifica relações de poder" (*Ibidem, loc. cit.*).

² O *pater familias* na Roma Antiga era o homem mais velho de uma *domus* (casa) romana, geralmente o próprio patriarca. Ele detinha o controle e poder, o pátrio poder (*patria potestas*), legitimado juridicamente sobre as mulheres, crianças e escravos da família, bem como de alguns parentes patrilineares mais próximos.

³ Grade teratogênica ou quadro teratogênico é, em tradução livre de *Teratogenic Grid*, um método criado por Holt N. Parker para compilar e organizar as relações eróticas da Roma Antiga segundo o papel de atividade ou passividade dos participantes da relação, e de acordo com o orifício no qual seriam inseridos a língua e/ou o órgão genital masculino.

⁴ Estou ciente das acusações a Holt N. Parker, ex-professor da Universidade Cincinatti, ocorridas em 2016. No entanto, creio que sua obra intelectual não deva ser ostracizada pela Academia, e transfiro aos órgãos do poder judiciário a incubência de investigar e responsabilizar os atos cometidos.

A partir dessas reflexões iniciais sobre as relações estritamente homoafetivas romanas, e nos baseando na grade teratogênica de Parker, veremos que um indivíduo do sexo masculino pode ser sexualmente passivo de três formas: como *cinædus* ou *pathicus* (penetrado no ânus); *fellator* (penetrado na boca) e *cunnilingtor* se faz sexo oral na vagina de uma mulher (PARKER, 1997, p. 49). Apesar do *cunnilingtor* estar fazendo sexo oral em uma mulher, o que para nosso entendimento contemporâneo seria uma relação heterossexual ativa, para os romanos era uma posição degradante, subserviente, que se encaixava dentro de uma relação passiva (*Ibidem*, p. 51-52).

Além disso, Parker nos aponta um outro distúrbio na estrutura dessa grade: “a vítima reificada [...] é um objeto de depreciação. Tendo sido criada, essas criaturas são então desprezadas.” (*Ibidem*, p. 54). Isso criaria um problema na própria lógica do ato, pois todos os participantes passivos do sexo seriam motivo de menosprezo e invectiva. Isso incluía as mulheres, que, por não terem pênis, sempre seriam passivas (com exceção da *cunnilingus* e dos atos das *tribades*, isto é, respectivamente, sexo oral em mulheres e relações homoafetivas entre mulheres. Esses atos, no entanto, eram considerados extremamente anormais e de qualquer maneira seriam reprovados). Claro que isso não lhes era problemático, pois a sociedade da Roma Antiga era patriarcal e falocêntrica.

Além do aparato jurídico que permite a penetração de escravos e a patriarcalidade que permite a penetração das mulheres sem acarretar nenhum problema aos *uiri*, a própria língua latina se adapta, nesse contexto da sociedade, para se tornar um veículo de *justificação* ao ato de penetrar do homem livre romano. É o que Parker chama de “creation of the willing victim”, que em tradução livre seria algo da ordem de “criação da vítima voluntária”.

Esse procedimento de “criação da vítima voluntária” funciona “em parte para absolver a culpa dos agressores, [de forma a reescrever] a

vítima passiva como ativa” (PARKER, 1997, *loc. cit.*, tradução nossa). Dentro dos atos sexuais ditos degradantes no discurso público romano, o participante passivo do ato da penetração anal (*pedicari*) recebe um nome gramaticalmente ativo (*cinædus* ou *pathicus*), aquele que, supostamente, gostaria de ser penetrado no ânus. O participante passivo do ato de penetração na boca (*irrumari*) também recebe um nome gramaticalmente ativo (*fellator*), aquele que gosta de ser penetrado na boca, e na mesma tendência, o participante “passivo” do ato de sexo oral em uma vagina (*cunnilingus*) recebe o nome gramaticalmente ativo de *cunnilingtor*, ou aquele que gosta de lambe vagina. Todas essas formas linguísticas denotam uma certa busca da vítima por sofrer a ação, como se eles buscassem o “favor” dos *uir* para satisfazer seus desejos “masoquistas”, serem humilhados e literalmente “fodidos”⁵ em todos os orifícios (*futuere, pedicare, irrumare*). (PARKER, 1997, p. 54).

Diante do exposto, podemos observar que, pela própria configuração do que tradicionalmente significa o conceito de masculinidade para um homem romano, seria permitido a um *uir* ter relação sexual com um escravo do gênero masculino sem abrir mão de sua êmica⁶ masculinidade. Já “a pederastia, elemento essencial da educação dos jovens na Grécia, é, contudo, uma prática que choca a moral romana”. (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 111). Esse choque é bem exemplificado na Sátira 10 de Juvenal, que se preocupa principalmente com a inviolabilidade de jovens meninos romanos livres: “[...] um filho com um corpo belo possui sempre pais miseráveis e vacilantes: a tal ponto é rara a concordância entre beleza e castidade.” (Juv. *Sat.* 10, tradução nossa).⁷

⁵ Parker usa explicitamente a palavra inglesa “fuck”, e escolhi também permanecer com uma palavra de baixo calão equivalente para descrever de forma mais literal o ato que a “criação da vítima voluntária” reproduz.

⁶ O termo êmico, apesar de suas significativas nuances, neste artigo é sinônimo de algo que é distintivo culturalmente.

⁷ “ Tradução nossa: “[...] *Filius autem corporis egregii miseros trepidosque parentes semper habet: rara est adeo concordia formae atque pudicitiae.* [...]”.

Um filho com um corpo belo seria, em um parâmetro romano, um rapaz ainda sem barba, com traços afeminados, com características de um *puer delicatus*, isto é, de um rapaz atraente e efeminado. Esse tipo de beleza não era desejável a um jovem romano livre, pois como podemos depreender desse trecho da Sátira 10, o possuidor de tal semblante seria alvo das constantes investidas dos *uirii*, e se cedesse, em qualquer circunstância, teria seu pudor comprometido. A professora Géraldine Puccini-Delbey, inclusive, alerta sobre a castração como um dos riscos que esses jovens dentro do padrão de beleza romano corriam. Essa prática talvez tenha sido usada como medida paliativa; contudo, ela também retirava a masculinidade de um homem irremediavelmente (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 113).

Ao contrário do costume de pederastia grega, no qual era pressuposto que o jovem cedesse em algum momento, mesmo que isso acontecesse após várias tentativas, os rapazes romanos não podiam ceder às investidas dos homens jamais. A palavra usada por Juvenal é justamente *pudicitiae*, que, como já discutimos, é um valor que deve ser conservado para a validação da masculinidade romana.

Mesmo após os romanos terem “se helenizado”⁸, eles nunca adotaram de forma completa o *modelo pedagógico pederástico grego*. Por isso, há certo problema em nomearmos os poemas romanos — tal qual as elegias homoeróticas do que posteriormente foi chamado de “ciclo de Márato” do poeta Tibulo, por exemplo — como sendo pederásticos. Esse modelo, na verdade, não foi viável em Roma, pois era incompatível com os próprios princípios da sociedade romana e de como eles entendiam o que era ser um *homem*. “No entanto, [esse modelo] é um fantasma que alguns poetas perseguiram ao longo das suas obras”

⁸ Apesar de toda a problemática que termos como “romanização” e “helenização” possam ter nas discussões de campos como a História e Arqueologia, usaremos aqui “helenização” por constar assim na bibliografia em questão. Contudo, é um termo ultrapassado, mas que será entendido nesse texto não de forma unilateral, mas como uma grande intensidade de trocas culturais entre a Grécia e Roma, mesmo antes da Grécia se tornar uma província oficial do Império.

(*Ibidem*, p. 114). Com isso a questão torna-se um fenômeno iminentemente literário.

A *μούσα παιδική* (*mousa paidiké* ou musa dos rapazes) é um conjunto de temas pederásticos recorrentes nos escritos dos gregos (principalmente durante o período helenístico), logicamente, devido ao refluxo da instituição pederástica grega nas obras poéticas. Algo natural, pois a arte das letras tem, de fato, esse caráter de sonar, que rastreia temas recorrentes da vida humana e os traduz para um código literário. Mas é surpreendente que a produção escrita romana nos mostre temas em suas obras que “[...] ao acolherem a literatura alheia, foram capazes de incorporar uma realidade poética que não diz necessariamente respeito à sua realidade histórica.” (FLORES, 2017, p. 17).

De agora em diante, passaremos a abordar um dos aspectos mais centrais para analisar a literatura homoerótica romana: a transformação de um fenômeno sócio-histórico grego em um exclusivamente literário, por meio da imitação. Essa imitação, denominada *imitatio*, não era uma simples imitação servil, mas foi adaptada à realidade romana pela emulação, *aemulatio*. Esse processo colaborou para a continuidade da tradição literária, denominada *traditio*.

É um fato que, apesar de ter sido um fenômeno sócio-histórico na Grécia, a pederastia já estava naturalmente incorporada na literatura e seguia princípios de poética embrionários desde o período arcaico tardio com Teógnis de Mégara e já plenamente desenvolvidos no período clássico com Platão e Aristóteles. Em Roma, esses temas da *mousa paidiké* ganharam seu apogeu em Virgílio e Tibulo, mas foram pensados, evidentemente, pelos poetas de uma forma geral: os líricos, os épicos, os dramáticos etc. Contudo, sempre travando diálogo com os modelos gregos precedentes.

Para elucidarmos os movimentos que a literatura latina precisou fazer para incorporar as formas pederásticas gregas — portanto, artificiais — em Roma, sem a conotação negativa do termo, e integrá-las em uma

obra romana de forma orgânica, usaremos o exemplo de Virgílio, um dos mais consagrados poetas latinos. A tradição nos informa que Virgílio teria ganhado um escravo chamado Alexandre, de Mecenas — que era seu patrocinador — o que nos foi transmitido pelo poeta Marcial, conforme o relato de Puccini-Delbey (2010, p. 114) nos lembra.⁹ Virgílio teria se apaixonado por esse escravo e, em troca do presente de Mecenas, teria dedicado sua segunda bucólica a seu benfeitor. Nesse texto, Virgílio estaria por trás de um eu-lírico

[...] Que cantaria sob a máscara de Córídon o seu desejo não entendido por Aléxis. Comprovaria ainda que o modelo pederástico existe em Roma. Ora, na explicação biográfica da gênese do poema, não poderá existir amor pederástico, uma vez que Alexandre, sendo um escravo, não é mais que um objeto sexual que circula de um homem para o outro, no âmbito de uma oferta e, em seguida, de uma contra-oferta. (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 114)

No entanto, Virgílio supostamente representa seu escravo Alexandre, fonte de uma paixão, em Aléxis “uma criança livre grega, erômeno cortejado por um erasta”. (*Ibidem, loc. cit.*). O movimento que Virgílio faz para que duas realidades inconciliáveis em vários níveis (político, social, cultural e jurídico) se integrem é um movimento de sobreposição: “[...] este poema não dá conta da apropriação de um comportamento erótico grego pelos romanos, mas deseja ser a imagem inatingível do *pais* [menino] grego fantasiado por eles”. (PUCCINI-DELBEY, 2010, p. 114). É quase que um fetiche: “estas imagens gregas do amor não deixavam os romanos eroticamente indiferentes” (*Ibidem, loc. cit.*). A consequência disso é exemplificada em Virgílio, que na relação de Aléxis e Córídon, transpõe uma “fantasia inacessível aos romanos” (*Ibidem, loc. cit.*).

Nessa chave de pensamento, o *puer delicatus* Márato, das elegias 4, 8 e 9 do livro de Tibulo, também poderia, então, ser pensado como

⁹ A autora cita o livro V, epigramas 12 e 16, com certeza por algum equívoco ou erro tipográfico, pois o relato de que ela faz referência é encontrado no epigrama 55 do livro VIII de Marcial.

essa *imagem grega inatingível* e uma *fantasia inacessível* ao próprio poeta romano que sobre ele escreve. No entanto, há claras diferenças. O jovem Márato está inserido em um gênero diferente de Aléxis. Márato está em um gênero que é abastecido de constantes fontes e influências helenísticas: a elegia. Nesse contexto, portanto, seria mais produtivo associar Márato a formas e estéticas presentes nos escritos dos poetas helenísticos do que propriamente especular e procurar uma suposta explicação biográfica — como é feito em relação a Virgílio. Piora mais ainda a possibilidade de uma abordagem biográfica o fato de que a vida de Tibulo não nos chegou sem poucos mistérios e lacunas. Além disso, os produtos literários não possuem obrigatoriamente o compromisso de revelar a verdadeira vida de seus autores.

O diálogo frequente da elegia romana com a poesia helenística (HUNTER, 2013, p. 23-38) não é algo que passa despercebido a Tibulo na construção poética de Márato em seu primeiro livro de elegias (BESSONE, 2013, p. 39-56). Segundo Dover (1979, p. 9.), a “poesia homossexual do período helenístico é uma das cinco mais importantes fontes de material sobre homossexualidade grega”. Claro que nem sempre os poemas revelam uma realidade concretizada no mundo real (*Ibidem*, p. 59), mas devido à profusão de abordagens de temas da *μούσα παιδική* (*mousa paidiké* ou musa dos rapazes) pelos poemas helenísticos, não podemos desconsiderar a carga que isso vai gerar sobre um gênero de poesia romana que se influencia pela poética desse período. Dover (1979, p. 15) contabiliza que um total de mais ou menos trezentos epigramas com temática homoafetiva foram coletados no livro XII da *Antologia Palatina*, uma coleção de epigramas gregos compilados do século VI AEC até o século X EC.¹⁰

Após termos analisado o funcionamento da homoafetividade na Antiguidade greco-romana, pudemos constatar a clara presença das relações de poder no ato sexual desse período. Além disso, pudemos

¹⁰ AEC = Antes da Era Comum; EC = Era Comum.

identificar alguns dos mecanismos de aderência estética da poesia romana a uma imagem inacessível do amor grego, juntamente com o refluxo que o gênero elegíaco romano recebeu da poética do período helenístico. Consequentemente, pudemos concluir que as relações homoafetivas na Grécia Antiga estavam associadas a um modelo social e pedagógico definido sob parâmetros etários e restritos por fatores fenotípicos, isto é, por meio de indicadores físicos como o crescimento de barba, pelos corporais e mudanças na voz, que denotavam a transição do jovem para a idade adulta. Por outro lado, em Roma, existia um aparato jurídico que proibia dois homens romanos livres de se relacionarem. Essa proibição baseava-se na premissa de que atos que colocassem um homem em posição passiva, independentemente da situação, violariam não apenas seu corpo, mas também a sua masculinidade. Tal restrição não se aplicava aos demais grupos marginalizados da sociedade, como mulheres, escravos e estrangeiros.

Por isso, enquanto é possível dizer que projetar a homossexualidade como conhecemos hoje em dia, calcada em parâmetros definidos pela individualidade do ser, na Antiguidade greco-romana é anacrônico, afirmar que as relações homoafetivas e homoeróticas funcionaram da mesma forma tanto em Roma quanto na Grécia é igualmente equivocado. O que podemos dizer com bastante confiança, a partir de dados extraídos tanto da cultura material quanto de fontes literárias, e que brevemente reproduzimos alguns exemplos aqui, é que ambas as sociedades Antigas exploraram várias manifestações de homoafetividade e de homoerotismo, por vezes se aproximando ou se distanciando mais uma da outra, contudo sempre com base em condicionantes sociais, culturais e morais distintos.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

Juv., Sat., - Juvenal, Sátiras

FONTES

JUVENAL. Sátiras. In: MAYOR, John Eyton Bickersteth (Org.). *Thirteen Satires of Juvenal with a Commentary*. 2. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010. v. 1.

MARCIAL. *Epigramas*. Tradução de Paulo Sérgio Ferreira. Lisboa: Edições 70, v. III, 2001. Livro VIII, 55.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSEDE, Manuel. Maior estudo da história não encontra relação determinante entre genes e comportamento sexual. *El País*. 29 ago. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/29/ciencia/1567101473_864944.html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BEARD, Mary. Re-reading (Vestal) Virginité. In: HAWLEY, R. *et. al.* (Orgs.) *Woman in Antiquity: New Assessments*. Londres: Routledge, 1997.

BESSONE, Federica. Latin Precursors. In: (ED.), T. T. S. *The Cambridge Companion to Latin Love Elegy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BREMMER, Jan. Greek Pederasty and Modern Homosexuality. In: BREMMER, Jan (Org.) *From Sappho to De Sade: Moments in the History of Homosexuality*. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2014.

DOVER, Kenneth. *Greek Homosexuality*. 2. ed. Londres: Gerald Duckworth & Co. Ltd., 1979.

FLORES, G. G. Que cada um cante seu amor. In: CARVALHO, R. E. A. (.). *Por que calar nossos amores?: poesia homoerótica latina*. Belo horizonte: Autêntica, 2017.

FOUCAULT, Paul-Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 5. Ed. Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GANNA, Andrea *et. al.* Large-scale GWAS reveals insights into the genetic architecture of same-sex sexual behavior. *Science*. v. 365, n. 6456, pp. 869-880, 2019.

HUNTER, Richard. Greek Elegy. In: THORSEN, T. S. (.). *The Cambridge Companion to Latin Love Elegy*. Cambridge: Cambridge, 2013.

MARASCIULO, Marília. O DNA social pode mudar nosso DNA individual:

Entrevista com o cientista francês Joël de Rosnay. *Galileu*. 21 fev. 2020. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2020/02/o-dna-social-pode-mudar-nosso-dna-individual-diz-especialista-em-epigenetica.html>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PARKER, Holt. N. The Teratogenic Grid. In: HALLETT, J. P.; SKINNER, M. B. *Roman Sexualities*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

PUCCINI-DELBEY, Géraldine. *A vida sexual na Roma Antiga*. Tradução de Tiago Albuquerque Marques. Lisboa: Edição Texto & Grafia, Lda, 2010.

SANTOS, Daniel Barbosa. *O Triunfo do Falo: homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas Clássica*. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SUMMIT SAÚDE. *Epigenética: entenda como o corpo pode ativar e desativar genes*. 7 abr. 2022. Disponível em: <<https://abre.ai/summitsaude-com>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1942.

VARELLA, Drauzio. Homossexualidade, DNA e a ignorância. *Portal Drauzio Varella*. 19 nov. 2015. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/homossexualidade-dna-e-a-ignorancia-artigo/>>. Acesso em 27 dez. 2023.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma Antiga ao Brasil contemporâneo. *Revista UFG*, Ano XII, n. 12, jun. 2012. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/up/694/o/12_15.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.